

16. Pedido de parecer CCDR – Avaliação de Impacto Ambiental – Pedreira de Montariol.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de emissão de parecer desfavorável ao pedido de Avaliação de Impacto Ambiental formulada nos termos constantes da documentação que faz parte do processo.

Assunto: Pedido de parecer CCDR – Avaliação de Impacto Ambiental – Pedreira de Montariol**PROPOSTA:**

Solicita a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) parecer ao Município de Braga sobre os elementos do pedido de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) submetido àquela entidade pela “Pedreira de Montariol, Lda.”, com base no disposto no ponto 12, do artigo 14.º, do Decreto-Lei 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação.

Notas Introdutórias

No sentido de enquadrar a proposta de decisão dá-se nota das principais etapas do processo relativo à Pedreira de Montariol. Em 1994 foi emitida licença de exploração da pedreira de Montariol (identificada pelo n.º 4276) para uma área de 2,33 ha, por despacho do Diretor da Delegação Regional da Indústria e Energia do Norte. Os limites da área de exploração já haviam sido ultrapassados em 2006, tendo a entidade exploradora sido notificada a regularizar essa situação. Na sequência foram realizadas várias tentativas com o intuito de licenciar a ampliação da área de exploração.

Em 2009, é emitida decisão desfavorável pelo grupo de trabalho composto por representantes das entidades Câmara Municipal de Braga (CMB), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e Direção Regional de Economia do Norte (DREN). Após contestação por parte da entidade exploradora, em 2010, é emitido pelo grupo de trabalho um despacho com decisão favorável condicionado ao cumprimento de várias condições. A entidade exploradora não deu cumprimento às referidas condições no ano seguinte (nem até à presente data) ficando por isso sem efeito a decisão favorável. Em 2014 por despacho da DREN foi autorizada a transmissão da licença de exploração da pedreira para o explorador “Pedreira de Montariol, Lda.”.

Em julho de 2017 foi apresentado pela entidade requerente pedido de regularização da ampliação da pedreira, ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Para o efeito, em setembro de 2017, foi solicitado pela empresa Pedreira Montariol, Lda. o reconhecimento de interesse público municipal, previsto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Por proposta do Sr. Vereador Miguel Bandeira, em reunião de câmara de 1/10/2018 é emitida decisão desfavorável ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal, *“desde logo sobre a proximidade de habitações e outras construções, que ao longo das últimas décadas foram sendo implantadas nas imediações, designadamente, pelo historial de reclamações dos moradores e impactos da atividade”*. Por ofício de 26/12/2019, a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) solicitou parecer sobre o pedido de regularização da pedreira. Em resposta foi emitido Despacho do Sr. Vereador Miguel Bandeira, em 17/07/2020, considerou que *“(…) a citada pedreira, hoje em dia contigua a zona urbana de Braga, como uma atividade tendencialmente desenquadrada e que não está garantido o adequado enquadramento paisagístico e ambiental, condição de compatibilidade com o PDM, para a sua expansão. Nesse sentido, afim de poder ser preparada a desativação sustentada da exploração existente emitimos parecer favorável à legalização da área existente, salvaguardando a minimização do impacto paisagístico, contudo, desfavorável a qualquer ampliação da pedreira.”*

Contudo, por falta de apresentação de elementos por parte da entidade exploradora, o pedido de regularização no âmbito do RERAE foi indeferido pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) a 18/06/2021.

Em 2022, após queixa registada no E/28003/2022, constatou-se que a entidade exploradora procedeu ao encerramento de um troço de uma via municipal (Rua da Boavista), à realização de obras de urbanização (novo troço alternativo) e à realização de obras de edificação (pavilhão industrial com cerca de 1800m²), sem o devido licenciamento. Após visita ao local e reunião com a DGEG, a Divisão de Planeamento elaborou informação n.º 35941 de 02/05/2023, com sugestão de “encerrar o troço do arruamento realizado sem título e garantir a reabertura do caminho público, até que em sede do respetivo processo de legalização/licenciamento seja realizada a receção provisória das obras de urbanização, bem como a aceitação por parte do município da afetação e desafetação do domínio público do troço da Rua da Boavista” e a “notificação urgente da entidade exploradora da pedreira para reposição a legalidade das operações urbanísticas realizadas sem título e a adoção das respetivas medidas de tutela da legalidade.” A entidade exploradora foi notificada nesse sentido pela Divisão de Fiscalização a 12/7/0/2023 (ofício n.º 19971) e a 14/07/2023 comunicaram-se os factos à DGEG e à CCDR por email. Pelo ofício n.24290 de 30/08/2023 foi dado conhecimento da notificação efetuada à Pedreira de Montariol – JC Group da prorrogação de prazo concedida, solicitada pelo visado.

Pese embora a realização de uma via alternativa, de forma a evitar a passagem de viaturas e pessoas pelo interior da pedreira, fosse já apontada como recomendação pelo parecer favorável condicionado de 2010 e outros pareceres técnicos, não foi cumprido o requisito prévio (e obviamente indispensável) de licenciamento por parte da Câmara Municipal. Antevê-se que, por razões de segurança de circulação de pessoas e bens, sejam necessárias correções à curvatura do traçado da via e à “rede” de drenagem de águas pluviais das obras de urbanização executadas.

No que diz respeito ao pavilhão industrial, de acordo com o Plano Diretor Municipal, encontra-se inserido maioritariamente em “Espaço de Exploração Consolidado” e parcialmente em “Área Florestal de Proteção”, sendo parcialmente abrangido por Reserva Ecológica Nacional (REN). Por conseguinte, a sua legalização será apenas viável se a área de ampliação da exploração a licenciar incluir o anexo e se este se enquadrar no conceito de anexo de pedreira (a aferir pelas entidades tutelares).

Resposta ao pedido de parecer

O pedido de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para regularização da ampliação da área de pedreira pela entidade exploradora foi submetido à CCDR em 2021, tendo a entidade exploradora apresentado elementos adicionais em 2023, os quais a CCDR submete agora a parecer do município.

Da análise dos elementos remetidos, considera-se que de uma forma geral não são congruentes com a realidade processual, atual e factual no terreno, nomeadamente por:

- A área indicada na maioria dos desenhos como “área licenciada” da pedreira não corresponde à área delimitada pela DGEG, tendo por referência o serviço WFS disponibilizado online pela entidade (apenas corretamente indicado no “Mapa das Pedreiras do Geoportal da DGEG” apresentado pela entidade requerente).

- Os documentos do AIA não considera a existência nem prevê medidas de redução dos impactos ambientais e paisagísticos da nova via perimetral entretanto construída;
- Os documentos do AIA não considera a existência, não integra na área de ampliação da pedreira, nem prevê medidas de redução dos impactos ambientais relativos ao pavilhão industrial construído, sem licenciamento, em domínio da Reserva Ecológica Nacional.
- As medidas de recuperação paisagística da área explorada são apontadas para o futuro, sem prazo de concretização, não sendo indicada claramente a zona da pedreira já explorada, a recuperar.
- O documento “resposta ao PEA”, página 3 indica limites de pedreira “licenciado” em 2014 e 2021, para as quais não se encontra correspondência processual.
- A “drenagem de águas pluviais” conforme descrito no ponto 1.3 do documento “Alterações ao Plano de Pedreira” de Março de 2023 afigura-se insuficiente para evitar a escorrência de sedimentos para as linhas de água. Considera-se ainda necessário tratar o encaminhamento das águas superficiais existentes junto ao pavilhão, às quais não é feita referência.
- Considera-se ainda que os “Impactes ambientais e medidas de mitigação” do documento “Relatório Não Técnico” são na generalidade insuficientemente retratados como de “impacte pouco significativo”, designadamente nos temas de “Ambiente sonoro e vibrações”, “Recursos Hídricos Superficiais de Subterrâneos”, “Solos e Ocupação do Solo” e “Paisagem”. Atendendo ao historial de reclamações e pareceres antecedentes, considera-se ser de desenvolver estas questões e propor medidas de mitigação mais concretas.

Não obstante, na generalidade, considera-se que será de admitir a legalização e ampliação da Pedreira de Montariol uma vez que, em termos urbanísticos e paisagísticos, parece-nos preferível que a atividade de exploração da pedreira se desenvolva nas condições de um título, do que continue a laborar sem condições e acompanhamento das entidades tutelares, como ocorre atualmente. É de elevada importância na pedreira de Montariol o cumprimento de um plano de recuperação paisagística, de medidas de segurança e de enquadramento ambiental.

Sugere-se por isso que a legalização e ampliação da pedreira de Montariol seja equacionada mediante a concretização das seguintes medidas:

1. Efetuar a inclusão do anexo construído na delimitação da área de exploração a licenciar, de forma a que seja possível ser enquadrado como “anexo de pedreira”, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.
2. Apresentar ao Município de Braga, em sede de respetivo processo de legalização/licenciamento, o projeto de obras de urbanização das alterações efetuadas na Rua da Boavista.
3. Executar uma correção no traçado da Rua da Boavista, assegurando a cedência ao domínio público de uma área de segurança entre a nova via e a escarpa existente a poente. Nessa correção importa manter a via fora da área da pedreira e promover melhores condições de mobilidade, garantindo ainda a zona de proteção regulamentar (15 m), definida pelo Anexo II, do Decreto-Lei 340/2007, de 12 de outubro.
4. Implementar cortinas arbóreas, conforme indicado no parecer favorável condicionado, de 21/10/2010, que garantam a faixa de proteção do caminho público (15 m), promovam a recuperação da pedreira e permitam a redução do seu impacto paisagístico, que dada a elevação da cota, assume grande relevância visual no território.

5. Salvar a execução de sistemas de drenagem águas pluviais e superficiais no interior da área da pedreira, com vista a impedir a acumulação de água no interior da escavação e evitar o arrastamento de material inerte no escoamento das águas pluviais para as linhas de água mais próximas. Neste sentido, será de conduzir as águas para a estação de tratamento e reutilização existente, ou indicar claramente a adoção de um sistema alternativo.
6. Garantir o cumprimento da zona de proteção regulamentar da pedreira ao equipamento existente (Trote – Centro Hípico S.A.), edifícios e prédios rústicos envolventes, conforme definido no Anexo II, do Decreto-Lei 340/2007, de 12 de outubro.
7. Acautelar a utilização meios de extração menos suscetíveis de provocar danos na envolvente próxima, tais como a utilização de fio diamantado para trabalhar a pedra, em detrimento do uso de material pirotécnico, que inclusivamente já provocou danos nessa envolvente, tal como já solicitado na Informação técnica da DPRRU, de 9/06/2017, no âmbito de reconhecimento de interesse público municipal para instrução do processo no âmbito do RERAE.
8. Indicar claramente pelo requerente o plano de recuperação paisagística das áreas em exploração e das áreas que já não se encontram em exploração.
9. Solicitar ainda um levantamento das espécies arbóreas protegidas existentes, nomeadamente sobreiros (*Quercus suber*), azinheiras (*Quercus ilex*) e azevinho espontâneo (*Ilex aquifolium*), dada a proximidade da área da pedreira com a área florestal de proteção, ainda inserida na propriedade da entidade exploradora.

Face ao exposto, propõem-se à Câmara Municipal emitir PARECER DESFAVORÁVEL ao pedido AIA nos termos formulados, sugerindo-se, no entanto, que sejam equacionadas as condições acima referidas, com vista a um eventual parecer favorável.

Braga, 23 de outubro de 2023

O (a) Chefe de Divisão